



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA 12.ª
REUNIÃO DO GRUPO DE CONTROLO PARLAMENTAR CONJUNTO (GCPC) SOBRE
A EUROPOL**

Estocolmo, 26 e 27 de março de 2023

Delegação:

- Deputada Cláudia Santos (PS) – Membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Deputada Patrícia Gilvaz (IL) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Jorge Seguro Sanches (PS) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Bruno Nunes (CH) - Membro da Comissão de Assuntos Europeus

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, e pelo Assessor Parlamentar Gonçalo Sousa Pereira da Equipa de Apoio à Comissão de Assuntos Europeus.

Da agenda da reunião, constavam os seguintes pontos:

Notas introdutórias e adoção da Agenda

Adam MARTTINEN, copresidente do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) e Chefe da delegação do Parlamento sueco ao GCPC, começou por dar as boas-vindas a todos, enaltecendo o facto da reunião poder realizar-se de forma presencial. De seguida, sobre os resultados da reunião da tróica e adoção da agenda, passou a palavra ao Juan Fernando López Aguilar, copresidente do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) e Chefe da delegação do Parlamento Europeu ao GCPC.

Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR, copresidente do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) e Chefe da delegação do Parlamento Europeu ao GCPC, salientou que tínhamos tido demasiadas reuniões online e com dificuldades, pelo que era bom poder reunir novamente de forma presencial. Referiu que não era necessário



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

falar da importância da Europol no combate ao crime organizado na Europa, destacando a importância do cumprimento da segurança e proteção dos direitos humanos, sem discriminação, nomeadamente, no uso da inteligência artificial. Concluiu, informando que o relatório de atividades da Europol tinha sido distribuído a todos e que em junho haveria uma nova reunião da administração da Europol.

De seguida, **Adam MARTTINEN**, retomou a palavra para informar sobre a reunião da tróica presidencial, nomeadamente que tinha sido aceite a constituição do Fórum consultivo sobre os Direitos Fundamentais. Para esse efeito, foi acordado criar um Grupo de Trabalho para elaborar o regulamento do Fórum e respetivo mandato, destacando que futuros contributos para esta finalidade seriam discutidos no âmbito do Grupo de Trabalho sendo o método de decisão por consenso. Acrescentou que o Grupo de Trabalho deveria apresentar o resultado do seu trabalho na próxima reunião do GCPC sobre a Europol em setembro de 2023, podendo este prazo ser prorrogado. Por fim, informou que este Grupo de Trabalho seria liderado pela tróica podendo participar um membro por cada delegação parlamentar, devendo ser manifestado à Presidência esse interesse até 14 de abril de 2023.

Intervenção: Ylva Johansson, Comissária Europeia para os assuntos internos

A Senhora Comissária deu as boas-vindas a todos, enaltecendo o trabalho que o GCPC estava a realizar ao representar os cidadãos no escrutínio das atividades da Europol, destacando a importância da transparência do trabalho da Europol. Referiu que o crime organizado era um risco para a nossa sociedade, equivalente ao terrorismo, realçando que a Comissão Europeia (CE) tinha garantido que a Europol tivesse mais força e mais competências, nomeadamente, para que pudesse processar *Big Data*, questão muito relevante. Focou a luta contra o tráfico da droga e a violência que estava ligada a esta atividade, denunciando que a principal entrada de cocaína na União Europeia (UE) proveniente da América Latina era o porto de Antuérpia, acrescentando que há 2 semanas tinha-se deslocado à Colômbia, país onde os cartéis estavam a aumentar a produção de cocaína. Informou que se estava a tentar cooperar com as autoridades locais para tentar combater este tráfico, anunciando que esta deslocação tinha sido uma primeira parceria importante pelo facto de não ser possível realizar este combate isoladamente.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Sobre o abuso de crianças, destacou que o Parlamento Europeu e Conselho estavam a ultimar as suas posições, realçando que 1 em 5 crianças eram abusadas, com tendência para piorar. Evidenciou a importância no combate do abuso sexual em linha, referindo que as empresas da internet tinham aumentado as denúncias de abuso e rapto de crianças e que a evidência demonstrava que o abusador era alguém de confiança. Considerando o número estimado de 750 000 abusadores em linha, a Senhora Comissária reiterou a importância de manter as crianças seguras, realçando que, enquanto legisladores, os presentes tinham obrigação de as proteger com as Leis. Neste contexto, referiu que a legislação da UE garantia uma maior proteção à vida privada, mas se as empresas pretendessem continuar a detetar o abuso nas mensagens, a legislação teria de ser ajustada e adaptada, pois caso fosse vedado este acesso, não será possível detetar as mensagens dos abusadores nem aos 5 milhões de relatórios, pelo facto de, atualmente, a polícia apenas poder atuar quando há uma denúncia das empresas. Assim, referiu que a sua proposta era que as empresas pudessem detetar, durante um período específico e com tecnologia aprovada pela UE, sempre validada por um tribunal nacional, garantindo que a sua proposta não permitia que as empresas pudessem ler mensagens dos cidadãos, dando como exemplo o papel dos cães que farejam a droga, onde o suspeito ficaria marcado, podendo ser investigado posteriormente. Por fim, referiu que era necessário garantir que as mensagens eram encriptadas, mas que, com a tecnologia adequada, era possível encontrar os abusadores e manter a privacidade, desejando o maior sucesso aos parlamentares no escrutínio da Europol, que eram os olhos e ouvidos dos cidadãos, mas também eram legisladores, pelo que esperava que pudessem participar no debate.

Aberto o debate, os parlamentares questionaram qual o papel da Europol no combate aos crimes elencados e como podiam atuar no combate ao tráfico de droga, destacaram a necessidade de adotar uma política, a nível da UE, para combater o crime de tráfico de migrantes, nomeadamente, com maior cooperação com os países de origem, demonstraram preocupação com o aumento de terrorismo ligado à extrema-direita, realçaram a relevância do combate às finanças que sustentam o crime, concretamente, a lavagem de dinheiro, questionando sobre o ponto de situação da constituição da agência europeia contra a lavagem de dinheiro, e, por fim, referiram a importância de alocar mais recursos no combate ao abuso sexual de crianças em linha.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Em resposta às questões suscitadas pelos Senhores Deputados, a Senhora Comissária confirmou a importância do combate ao tráfico humano, realçando que na Europol existiam especialistas nestas áreas, mas era necessário incluir os países de origem e de trânsito, avançando que a União tinha recebido um milhão de pedidos de asilo. Sobre o terrorismo, o mais presente era o jihadista, mas o que mais crescia era o de extrema-direita. Sobre o combate à lavagem de dinheiro, destacou que havia nova legislação sobre essa matéria, acrescentando a apresentação de propostas relativamente ao confisco de bens. Sobre o acesso às mensagens em linha, esclareceu que a sua proposta era baseada no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), acrescentando que existia, igualmente, a Lei dos Serviços Digitais da UE, que era sempre cumprida, esclarecendo que a tecnologia a utilizar não teria acesso ao teor das mensagens mas que acederia apenas aos indicadores, tendo reforçado que tinha previsto na sua proposta que as empresas tinham as suas ferramentas de inteligência artificial e que estas teriam de ser reguladas. Concluiu referindo que os parlamentares eram o escrutínio democrático da Europol e que era necessário dar confiança dos cidadãos no Estado direito e na aplicação da Lei.

Atividades da Europol – outubro de 2022 a março de 2023

Catherine De Bolle, Diretora Executiva da Europol, iniciou a sua intervenção referindo que o foco atual era na estratégia 2020+ da Europol, tendo em conta o mandato reforçado da agência. Referiu que, internamente, estavam a decorrer algumas discussões para adotar novos passos, nomeadamente, a presença, em tempo real, da Europol nas investigações das fronteiras. Realçou que a perícia e as competências teriam de ser melhoradas para acompanhar a evolução e a digitalização dos crimes, com recurso a inteligência artificial, para se conseguir proceder à análise de dados, informando que a pretensão da agência era direcionar a sua investigação para as áreas prioritárias da UE. Informou, ainda, que o responsável pelos direitos fundamentais tinha sido nomeado e estava a exercer as suas novas funções, aditando que pretendiam cooperar com o Fórum Consultivo sobre os direitos fundamentais a ser constituído.

De seguida, realçou alguns pontos relevantes para a agência como a categorização dos dados, onde a Europol já tinha ajustado o seu trabalho de acordo com a alteração do seu mandato, reforçando que a Europol levava a proteção de dados com muita



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

seriedade, anunciando o grande investimento realizado nessa área. Neste contexto, referiu que das recomendações de melhoria propostas à Europol pela Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, tinham conseguido cumprir 79% destas estando apenas 21% em falta na parte relativa ao arquivo de dados pelo facto de necessitarem obter tecnologia adequada para esse fim. Sobre as relações com os países de origem, destacou que o combate ao tráfico de droga era uma prioridade, demonstrando apreço pela visita da Senhora Comissária Ylva Johansson à América latina. Referiu ainda que a agência tinha concluído um acordo de cooperação com a Índia e que se encontravam em negociações acordos com Singapura e com o Peru no combate ao tráfico de armas químicas. Relativamente à Ucrânia, realçou que era o seu maior parceiro no Leste, denotando que a agência tinha um agente de ligação no país e acreditava que era necessário aumentar o departamento na Europol dedicado à Ucrânia, manifestando preocupações quanto à situação da Moldávia. Referiu que, neste âmbito, a agência estava atenta ao tráfico humano pelo facto de a guerra ser um risco adicional e que a Europol centrava a sua ação nos crimes de guerra, em cooperação com a Eurojust. Por fim, reforçou que tinham sido adotadas medidas para o combate à corrupção na Europol, urgindo a que os legisladores pudessem apresentar um enquadramento legal para o combate ao crime organizado bem como para o combate aos crimes em linha.

Interveio, de seguida, **Jérôme Bonet**, Presidente do Conselho de Administração da Europol que informou que o seu mandato terminaria na presidência sueca. Referiu que o Conselho de Administração tinha conduzido a agência em áreas muito estratégicas, e que o sucesso do apoio da Europol aos Estados-Membros era essencial para as investigações. Sobre a reflexão das estratégias, destacou algumas delas como o processamento dos dados pessoais, onde tinham sido já adotadas as recomendações da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados. Destacou que o Conselho de Administração iria convidar o GCPC para a próxima reunião de junho, mencionando que já tinha sido nomeado o novo Responsável pelos Direitos Fundamentais. Por fim, referiu que o Conselho de Administração tinha como pretensão estabelecer parcerias mais eficazes para o futuro.

Na fase do debate, os parlamentares questionaram como tinha funcionado o processo de seleção do Responsável pelos Direitos Fundamentais e se as cinco prioridades da estratégia 2020+ já tinham sido avaliadas, qual o papel da Europol no “*Catargate*”, quais tinham sido as ações dos Estados-Membros na implementação da proteção de dados



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

obtidas no âmbito das investigações e se as regras aplicáveis estavam a ser cumpridas, como se poderia melhorar a troca de informações entre a agência e os Estados-Membros, como os Estado-Membros poderiam dar mais competências às suas agências nacionais, nomeadamente, no acesso aos dados e, ainda assim, proteger os seus cidadãos, o que tinha feito a Europol para combater o racismo na polícia e como se poderia ter leis mais eficazes para combater este crime, o que se previa para agência com a revisão do Pacto para as migrações e asilo e no combate de crimes ambientais, e, por fim, se subsistia um maior risco de tráfico de armas na Ucrânia com o cenário de guerra existente e como resolver o problema do aumento do crime organizado em determinados Estado-Membros.

Em resposta, **Catherine De Bolle**, referiu que tinham sido apresentadas 77 candidaturas para o cargo de Responsável pelos Direitos Fundamentais tendo o mesmo sido escolhido pelo Conselho de Administração após entrevista e exame escrito. Relativamente ao “*Catargate*” referiu que a investigação já estava a decorrer no Estado-Membro em causa e, quando relevante, a agência intervinha, acrescentando que tinham assinado um Acordo de Cooperação com o Catar com base na lista de prioridades definidas pelo Conselho de Administração em outubro de 2022. Quanto à proteção de dados, salientou que a Europol não aferia a ilegalidade da recolha de provas, focando o seu apoio nas investigações nacionais uma vez que a validação dessa recolha era realizada pela jurisdição nacional. Sobre a troca de informações e proteção dos cidadãos, destacou que a agência não intercetava qualquer dado, apenas recebia os dados disponibilizados pelos Estados-Membros, reforçando a existência de validação por magistrados judiciais nestes processos, tendo acrescentado que a partilha de informação era importante para combater crimes como a violência doméstica, devendo sempre ser encontrado o melhor equilíbrio entre a concretização do trabalho das agências e a proteção de dados dos cidadãos. Relativamente ao racismo nas autoridades policíacas, referiu que na Europol tinha sido implementado um plano para combater o racismo, acrescentando que as minorias das comunidades policíacas eram integradas, dando o exemplo das autoridades da Hungria que tinham um programa com a comunidade cigana e as autoridades policíacas. Quanto ao risco de tráfico de armas derivado da guerra da Ucrânia, salientou que a agência estava em contacto com os Estados-Membros e com as autoridades ucranianas, aditando que tinham já informações de roubos de armas nesse país, destacando que no fim da guerra haveria



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

muitas armas pelo que era importante evitar que estas não caíssem nas mãos dos traficantes. Por fim, sobre o crime organizado, explicou que existiam diferenças entre os Estados-Membros, desconhecendo se a discrepância de número era por falta de reporte ou por, efetivamente, haver menos crimes desse género, acrescentando que a diferença visível entre os Estados-Membros eram as infraestruturas, dando o exemplo da cooperação com os portos marítimos para o combate ao tráfico de droga.

Atividade da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados

Wojciech Wiewiórowski da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD), no âmbito da apresentação do relatório de atividade da AEPD, destacou o relatório de inspeção de 2021, 2022 e as novas regulamentações da Europol. Demonstrado interesse dos parlamentares sobre o PERCI (*Plateforme Européenne de Retraits de Contenus Illégaux sur Internet*) nas perguntas remetidas, informou que este projeto era referente à pretensão da Europol de dotar os Estados-Membros de ferramentas necessárias para retirar as ameaças terroristas em linha. Referiu que era a primeira vez que a AEPD dava luz verde ao uso de dados em *clouds* públicas pela Europol, destacando que esta avaliação era de grande complexidade. Relativamente ao relatório da inspeção de 2022, salientou que a AEPD decidiu alterar as audições à Europol, que anteriormente resultavam em recomendações não vinculativas, aditando que nos termos da nova regulamentação, caso existisse alguma violação normativa, era aberta de imediato uma investigação. Sobre os resultados da inspeção de 2021, foram abertas duas 2 investigações, sendo uma delas relativa à deficiente proteção de dados que punha em causa o quadro legal em vigor. e a outra era referente ao acesso ao sistema de informações internacionais. Relativamente ao novo regulamento da Europol, destacou que a área de foco da AEPD era o processamento de dados sem a devida categorização num processo específico e o pedido de acesso aos dados da Europol, uma vez que a nova regulamentação alterava a forma de como os pedidos de acesso eram realizados. Sobre esta alteração regulamentar, referiu que a AEPD já tinha emitido uma opinião sobre esta entrega de dados, considerando que não deviam ser excluídos, *à priori*, os dados referentes a um pedido solicitado. Por fim, salientou que com uma boa gestão era possível cumprir com os objetivos definidos e alcançar os resultados pretendidos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Na troca de pontos de vista, os Senhores Deputados questionaram sobre o perigo da inteligência artificial, nomeadamente, o *Chatgpt*, a possibilidade de prevenção de crimes futuros através da análise de *big data*, quais os planos para a implementação do rastreio dos viajantes, solicitaram exemplos da deficiente proteção de dados operada pela Europol e como era assegurada a proteção de dados com a ferramenta PERCI.

Neste painel, interveio o **Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches (PS)** referindo que na última reunião do GCPC sobre a Europol, a delegação portuguesa, através da Deputada Cláudia Santos (PS), tinha colocado uma questão sobre o acesso aos metadados, aditando que os problemas à data elencados se mantinham. Salientou que era do conhecimento de todos que a Diretiva de 2006 era bastante aberta no que ao acesso aos metadados dizia respeito e que a jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia tinha restringido esse acesso, concluindo que era pertinente encontrar um equilíbrio nesta matéria. Suscitou o facto de, pelo menos 25 países e mais de três dezenas de dirigentes da Polícia da União Europeia, do Espaço Schengen e do Reino Unido, participarem na conferência internacional de alto nível "*Metadata Law Enforcement Conference*", que terá lugar nos próximos dias em Lisboa com o objetivo de aprovar uma declaração conjunta que contribua para uma "solução equilibrada" para o Direitos Fundamentais e, ao mesmo tempo, pudesse dar à polícia os instrumentos essenciais no combate a uma criminalidade cada vez mais complexa.

Em resposta às perguntas apresentadas, **Wojciech Wiewiórowski** esclareceu que o programa que recorria à inteligência artificial utilizada na Europol tinha sido suspenso por subsistirem lacunas, considerando como positivo o facto da AEPD ter sido consultada nesta questão. Relativamente às predições de crimes, referiu que a base do sistema penal era sempre a presunção de inocência do indivíduo acrescentando que a decisão de que no futuro alguém seria criminoso, podia ser feito num base social, mas nunca numa base legal, dando, contudo, como exemplo a existência sistemas como a *Compass*, sistema americano, que auxiliava os magistrados a compreender mais facilmente quem já tinha sido preso ou cometido crimes. Referiu que existia uma base legal forte para atuação da Europol, salientando que o regulamento da agência tinha sido foi revisto em 2017 e 2022. Sobre os metadados, referiu que, desde 2011, os dados eram retidos, mas a questão pertinente era o acesso a esses mesmos dados, referindo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

a pertinência na harmonização deste tipo de regulamentação, recordando a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que tentou harmonizar a forma de uso da retenção de dados. Sobre a Conferência em Lisboa, felicitava a oportunidade para se aferir os prós e contras sobre a retenção dos dados bem como sobre o sistema atual de acesso aos dados. Relativamente aos resultados das investigações sobre os menores, destacou que, pela primeira vez, era possível ver quais os dados que os Estados-Membros remetiam para a Europol, salientando que o abuso sexual crianças, era o maior desafio que tinha na AEPD, compreendendo a pressão do tema. Por fim, referiu que o apoio da Comissão Europeia nesta matéria era meritório, manifestando, contudo, preocupações relativamente à possibilidade de acesso a mensagens encriptadas e na obrigatoriedade do controlo das mensagens online pretendida implementar pela CE.

Prioridades da Presidência sueca na área da segurança interna

Gunnar Strömmer, Ministro da Justiça da Suécia, referiu que a atualidade trazia momentos desafiantes para os Estados-Membros, sendo uma das prioridades da Presidência sueca a segurança e o apoio à Ucrânia. Neste contexto, referiu que era necessário estar-se preparado para qualquer alteração que afetasse a segurança interna, salientando que pretendiam reforçar a ligação e partilha de informações uma vez que se mantinha a ameaça das organizações de crime organizado, que operavam de forma transnacional, pondo em causa o modo de vida europeu. Destacou que para se desenvolver uma eficiente aplicação da lei e um maior respeito pelos direitos fundamentais era necessário estabelecer prioridades, enunciando o combate à lavagem de dinheiro como crucial para combater o crime organizado, recordando a pertinência da Diretiva sobre confisco de ativos que se previa adotar em junho. Na área digital, referiu que era preciso garantir que as autoridades policiais estavam equipadas para combater os crimes perpetrados em linha e fora da linha, aditando que questão de acesso aos dados era um desafio, mas acreditava que se devia ter um maior diálogo sobre isto, referindo mesmo que a Presidência sueca pretendia ter uma reunião de alto nível com os peritos para debater estas questões. Sobre a segurança interna e controlo de passageiros, destacou que estava em negociação uma Diretiva sobre este tema e que a Presidência sueca ambicionava ter o documento aprovado em junho. Relativamente à segurança, para além das duas prioridades anteriormente referidas, sublinhou o radicalismo e extremismo, denotando que o extremismo islâmico era o maior



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

risco, mas já surgiam também evidências de risco da extrema-direita. Quanto ao combate do abuso sexual de crianças, referiu que estavam em negociação propostas controversas, mas considerou ser possível alcançar o máximo de consenso antes de passar o dossier para a Presidência espanhola do Conselho da UE.

Debate Temático I: Apoio operacional da Europol aos Estados-Membros – com especial foco no conceito de *High Value Targets / Operational Task Force*

Linda Staaf, Comissária da Polícia, e Johan Sone, Superintendente da Polícia sueca saudaram todos os presentes referindo que, para a polícia sueca, a Europol era um *hub* informativo, destacando que a troca de dados ajudava no combate ao crime organizado uma vez que, através do cruzamento de dados, facilitava o apuramento de suspeitos. Recordaram que havia cinquenta e um gabinetes de ligação com os Estados-Membros, com Estados associados bem como organizações internacionais, sendo muito útil a ligação e partilha de informações entre os técnicos e staff especializado. Destacaram que a rede de contatos era muito importante para compreender a aplicação da lei em cada país, reiterando a utilidade em garantir os gabinetes de ligação com a Europol pela sua agilidade. Relativamente aos processos com *High Value Targets*, referiram que a Europol apoiava estas operações, realçando que ferramentas como *EncroChat*, ANOM e Sky ECC (plataforma encriptada) eram muito importantes para as investigações, acrescentando que a troca de informação tinha contribuído para o confisco de drogas, armas e dinheiro tendo o acesso aos dados encriptados prevenido mortes e salvo vidas, colocando mesmo vários criminosos na cadeia. Salientaram que, devido ao acesso a estas informações, era necessário ajustar atuação das forças policiais, o que por vezes não era fácil, pelo que era pertinente disseminar todas as descobertas realizadas durante as investigações por toda a rede interna bem como com a Europol de modo escalar a avaliação destas informações. Salientaram que o acesso direto pelos Estados-Membros à informação recolhida através das operações conjuntas, evitava deslocações desnecessárias ao centro da Europol em Haia, realçando que havia limites que a Europol esbarrava, na troca de informações. Para concluir, referiram que na Suécia havia crimes graves com recurso a bombas e mortes, perpetuados por menores, explicando que não tinham nenhuma razão em concreto para esse fenómeno, mas parecia estar ligado à guerra no mercado da droga, acrescentando que estes crimes tinham ligação internacional daí a necessidade de participação da Europol.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Neste painel, interveio, também, **Jean-Philippe Lecouffe**, Diretor-Executivo Adjunto da Europol que destacou o aumento da violência no crime organizado, tal como aludido pelos colegas suecas, com bombas, assassínios e tortura. Salientou que a estrutura criminal na UE era fluida e flexível, sendo que os criminosos operavam livremente com prestadores de serviços especializados ao nível internacional. Nesse contexto, referiu ser preciso um esforço de melhoria na cooperação internacional da aplicação da lei no âmbito da UE, aditando que a resposta da agência foi o de desenvolver este conceito de *High Value Target* em 2018, pois com esta identificação, era possível priorizar os suspeitos e suas organizações. Com a internacionalização dos crimes, destacou que as *Operational Task Force* precisavam de mais cooperação na investigação dos *High Value Target*, com base na confiança entre os países. Clarificou que as *Operational Task Force* focavam-se nos criminosos e envolviam a análise em volumes significativos de dados pelo que este tipo de operações eram compromissos de longo termo e com custos elevados. Referiu que este conceito operacional era um sucesso, aumentava o impacto no crime organizado tendo os Estados-Membros reagido bem ao conceito. Neste âmbito, adiantou que 652 *Operational Task Force* tinham sido criadas desde 2018, contando com a participação de 25 Estado-Membros, 10 países terceiros como ainda contava com a participação da Eurojust. Como resultado destas operações, destacou que várias centenas de pessoas já tinham sido detidas bem como confiscados vários ativos, evidenciando que sem a cooperação e confiança no âmbito das *Operational Task Force* estes resultados não seriam conseguidos. Por fim, destacou que as *Operational Task Force* eram muito importantes, mas havia outras ferramentas usadas pela Europol que funcionavam, identificando como desafios para o futuro deste tipo de operações, a necessidade de garantir a eficácia dos peritos, aumentar o uso de ferramentas técnicas, aumentar a partilha em tempo real da informação e facilitar a cooperação operacional entre Europol e países terceiros.

Na fase de debate, os parlamentares questionaram como se concretizava a cooperação na aplicação das sanções à Rússia, se era no âmbito da EMPACT, o que seria feito, de futuro, na seleção de alvos em contexto de crimes transnacionais, a alocação de recursos nas *Operational Task Force* permitia que houvesse recursos para as outras operações em curso, quais os apoios que as autoridades locais e nacionais deviam receber da Europol para combater o aumento do crime organizado e como se lidava



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

com os portos de destino do tráfico de droga, nomeadamente, como se detinham os funcionários corruptos que permitiam tais crimes.

Em resposta, **Linda Staaf** e **Johan Sone** referiram que, assim que a UE adotou sanções contra a Rússia, foi constituída a operação OSCAR, liderada pelo Centro Europeu da Criminalidade Financeira e Económica da Europol, onde eram identificados os ativos com equipas preparadas para essa investigação. Relativamente ao processo de seleção dos *High Value Target*, o mesmo era realizado de forma contínua, com o apoio dos Estados-Membros, acrescentando que este processo era complementar com o processo da EMPACT, portanto consistia num trabalho contínuo, com troca permanente de informação. Sobre a alocação dos recursos, referiram que se tentava ter recursos para tudo, mas priorizavam essa alocação, acrescentando que não focavam apenas nos *High Value Target*, mas era necessário dar mais ênfase a estas investigações pois existia muita informação de onde se poderia identificar novos alvos. Quanto ao aumento do crime organizado, salientou que a globalização poderia ser uma questão por facilitar o crime, aditando que era pertinente desenvolver a prevenção destes crimes e que, no passado, tinha-se focado muito no terrorismo, tendo-se negligenciado o crime organizado. Por fim, sobre o tráfico de droga nos portos, destacaram que existia uma iniciativa conjunta com vários portos, onde se debatia o modo de funcionamento deste crime e quais as medidas preventivas que poderiam ser adotadas para combater estes crimes.

Debate Temático II: Combate Ao Tráfico De Seres Humanos

Diane SCHMITT, Coordenadora *EU Anti-Trafficking*, começou por dar alguns números referentes ao tráfico de seres humanos, realçando que o tráfico acontecia não só para países terceiros, mas também dentro dos próprios países. Destacou que havia uma maior tendência de ocorrência do crime de tráfico humano em países como Nigéria, China e Marrocos, sendo as raparigas e mulheres os alvos maioritários do tráfico. Referiu que a exploração sexual tinha sido o maior propósito na perpetuação do tráfico humano, salientando que subsistia um problema na dedução de acusações e na aplicação de sentenças julgadas pelos tribunais. Evidenciou que a Ucrânia tinha integrado o grupo de países origem do tráfico, sendo que as agências da UE e as Organizações Não Governamentais tinham preparado planos para os refugiados da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

guerra da Ucrânia de modo a prevenir a concretização destes crimes. Referiu que a cooperação era muito importante no combate ao tráfico, nomeadamente, na parte digital, acrescentando que o seu papel era coordenar a ação de todas as agências de modo a evitar duplicação e incoerências no combate deste crime. Realçou que estava em vigor uma diretiva de combate ao tráfico seres humanos, para a qual tinham sido apresentadas propostas de alteração, salientando que era um bom instrumento, mas era preciso acompanhar a evolução dos crimes, devendo ser incluídos como crimes os casamentos forçados e a parte digital, daí a necessidade de tornar obrigatória a troca de informações entre todos os intervenientes. Concluiu referindo que estava em permanente contacto com a Europol e que este crime gerava muito dinheiro, pelo que era importante seguir o seu rasto sendo a chave para o sucesso no combate deste crime o confisco de ativos.

Jean-Philippe LECOUFFE, Diretor-Executivo Adjunto da Europol referiu que o tráfico de seres humanos tinha várias dimensões, destacando que este tipo de crime era muito lucrativo pois não carecia de investimento inicial, como era necessário no tráfico de droga, sendo os alvos mais comuns os jovens e os menores. Destacou que havia um grande número de vítimas deste crime na UE, mas a maioria das vítimas era da América do Sul. Relativamente à exploração sexual, permanecia como a maior finalidade do crime de tráfico de seres humanos, salientando que o ambiente em linha era a chave para perpetuação destes crimes. Referiu que o uso de violência era raro, mas era usada a manipulação e coação moral, adiantando que a resposta da Europol a estes crimes, tinha sido a criação de projeto *Analysis Project Phoenix* em 2007 para apoiar os Estados-Membros no combate a este crime. Por fim, referiu que se tinha constatado um aumento do uso da internet na prática deste crime, realçando não havia ainda recursos adequados para o seu combate neste nível.

Petra BAKKER, Comissária da Polícia UE para os Países Baixos, Coordenadora Nacional EMPACT, referiu que a EMPACT ligava agências e Estados-Membros e outras entidades. Destacou que tinham sido definidas as prioridades pelos Estados-Membros, existindo 10 áreas de cooperação no combate ao crime, incluindo-se nestes o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças. De seguida, focou a plataforma EMPACT dedicada ao tráfico de seres humanos, salientando que tinham vários coordenadores bem como tinham estabelecido várias parcerias com diversos países terceiros, agências europeias e missões civis. Referiu a importância de existirem de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

objetivos comuns estratégicos da EMPACT destacando como prioritária a recolha de informações criminais, a coordenação nas operações com alvos definidos ligados à prestação de serviços e bens ilícitos em linha e fora da linha, a lavagem de dinheiro e recuperação de ativos, a fraude documental, o aumento da dimensão externa da ação através da cooperação com países fora da União e, por fim, a aproximação administrativa. Concluiu que na EMPACT avaliavam as tendências e os novos *modus operandi* dos crimes, sendo estas informações partilhadas por todos os participantes e atualizados de 6 em 6 meses.

No debate que se seguiu, focou-se a necessidade de melhorar a cooperação na repatriação, havendo um grande foco em adotar leis que aumentassem o auxílio no combate deste crime, a constatação de um baixo número de condenações pela prática dos crimes de tráfico de seres humanos, a problemática de não se comunicar nas línguas das vítimas, suscitando a importância de ensinar os operacionais a detetar os sinais destes crimes e a existência de tráfico de órgãos.

A Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) referiu que o Governo português tinha definido como prioritário o combate ao crime de tráfico de seres humanos, evidenciando que o maior problema centrava-se na dificuldade de detetar quais as vítimas destes crimes, uma vez que estas, estando muito vulneráveis e aterrorizadas, raramente pediam ajuda. Destacou que havia muitas condenações por crimes de tráfico de droga, mas não por tráfico de seres humanos, sugerindo que, estranhamente, parecia mais fácil esconder as vítimas do tráfico de seres humanos do que a droga. Salientou que as vítimas de tráfico podiam falar e pedir ajuda, mas raramente o faziam pois, elas próprias não se identificavam como vítimas desse crime por recearem ser elas próprias tratadas como agentes de crimes associados à entrada ilegal em país estrangeiro. Concluiu questionando sobre o que poderia ser feito para que as vítimas confiassem na ajuda do Estado, reconhecessem a sua situação de fragilidade e perigo e que avançassem com pedidos de ajuda.

Em resposta às questões colocadas, **Diane SCHMITT, Jean-Philippe LECOUFFE e Petra BAKKER** referiram a importância da prevenção no combate deste crime nos países de origem para que as vítimas reconhecessem quais os riscos, dando enfoque aos grupos de crime organizados e na prevenção junto dos jovens. Sobre as vítimas do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

tráfico, destacaram ser um desafio perceber quem eram as vítimas, que por vezes, o eram por pressão das próprias famílias, salientando que o mais importante era treinar as pessoas que estariam em contacto com estas vítimas para estarem atentos aos sinais, tendo a internet um importante papel na sua identificação e alerta. Sobre o baixo número de condenações, referiram que a condenação dos criminosos era difícil pois tinham a informação, mas por vezes não tinham provas uma vez que era necessário, em determinados casos, o testemunho das vítimas. Relativamente à dificuldade de comunicação com as vítimas, salientaram que era, de facto, difícil esse contato reconhecendo a necessidade de se obter melhores ferramentas. Por fim, sobre o tráfico de órgãos, referiram que não se detetava muita ocorrência deste tipo de crime.


Sessão de Encerramento

Adam MARTTINEN, agradeceu a todos a presença e o debate muito produtivo, esperando encontrar, de novo, todos os presentes na reunião em Bruxelas a decorrer em setembro sob a Presidência espanhola do Conselho da UE.

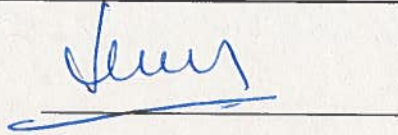
Caterina CHINNICI (PE), em substituição de **Juan Fernando LÓPEZ AGUILAR**, agradeceu, também, a presença de todos, referindo, em conclusão, que o trabalho da Europol era muito pertinente e que se devia continuar a trabalhar na implementação da nova regulamentação da Europol.

Assembleia da República, 21 de junho de 2023.


A Delegação,




(Deputada Cláudia Santos)



(Deputado Jorge Seguro Sanches)



(Deputada Patrícia Gilvaz)



(Deputado Bruno Nunes)

